

Uma proposta para a nova sociedade civil

O esforço atual para a requalificação da sociedade brasileira impõe uma discussão profunda sobre o tipo de formação que se almeja para a cidadania

"Os antigos estavam convencidos de que a educação e cultura não constituíam uma arte formal ou uma teoria abstrata distinta da estrutura histórica objetiva da vida espiritual de uma nação." **Werner Jaeger**

CARLOS GUILHERME MOTA
Especial para o Estado

Requalificação cultural: eis a fórmula-chave para o período que se abriu durante o último processo político-eleitoral no Brasil. As reflexões que se seguem talvez não sejam exclusivas de uma particular visão do historiador. Até porque, em certos momentos históricos, ocorrem circunstâncias que fazem com que a experiência individual seja mais geral do que imaginamos...

A sociedade de massas malformada, nesta região do planeta em que a escravidão foi o regime de trabalho dominante durante mais de três séculos, brutalizada pelo capitalismo periférico conduzido por uma elite que, desde os tempos coloniais, sempre preferiu enviar seus filhos para estudar no Exterior, requer agora uma definição mais clara nesta encruzilhada histórica no fim do milênio.

O esforço atual para essa requalificação da sociedade brasileira impõe uma discussão profunda sobre o tipo de formação que se almeja para a nova cidadania que se está plasmando entre nós. E que difere da massificante experiência — por exemplo — dos chamados Tigres Asiáticos que parecem hipnotizar segmentos *naïves* de nossa elite empresarial. O segmento mais aberto, porém, olha para as transformações da China continental, a velha China.

Nossas opções históricas são — e devem ser, vale reafirmar — outras. A democracia e a participação não nos faz confundir com a experiência coreana, seja do norte ou do sul, ou a de Cingapura. De culturas autoritárias, inclusive a remanescente no último governo paulista, de tradição clientelista indisfarçada, estamos fartos.

Com efeito, no debate educacional, os conteúdos programáticos passam hoje a ocupar o centro dos debates sobre o futuro do País. Como transformar um aglomerado de pessoas em cidadãos ativos, críticos, empenhados na construção de uma democracia moderna? Muito do que se assiste no atual debate político-cultural brasileiro, do PMDB ao PFL, passando pelo PTB e PSB tem relação com a baixa qualidade da *formação intelectual e técnica de seus quadros*.

Não se trata mais, apenas, de reverter a crítica ao burocratismo, ao clientelismo pseudocultural, aos lobistas de sempre do Ministério da Educação, aos programas estabelecidos por órgãos em que se encastelaram pedagogos de meia-confecção, parideiros de "programas" e de currículos escolares de ocasião.

Essa crítica, pertinente sem dúvida num país em que especialistas em educação montaram conglomerados empresariais e escritórios nada desprezíveis, já é conhecida, e deve ser mantida. A preocupação, embora tardia, deve ser voltar para os conteúdos, para a construção de nova paidéia, de um novo ideal educacional neste País que se quer Nação. Voltamos ao ponto fulcral da velha questão nacional, tema histórico cultivado por historiadores e cientistas políticos. Além de estadistas como San Tiago Dantas e Hermes Lima, que viam na Educação a peça-chave para solução duradoura dos problemas nacionais.

Qual a *formação* desejável para a vitalização da ordem republicana atual? Como atuar na sempre falada *mentalidade*? Como mudá-la? Como iniciar o processo de revolução cultural

que vimos cobrando das novas lideranças da sociedade civil? (cf. A reconstrução de uma perspectiva histórica, Estado, 2/10/94, D5).

Os mais argutos dirão que somente no bojo de uma revolução de fato é que se poderia pensar numa mudança de padrão cultural em profundidade.

Mas não. Até porque profundo processo de mudança de *mentalidade* já teve início nos anos 70, na resistência contra a ditadura. Depois, transformou-se no combate ao modelo autocrático-burguês que explica nosso capitalismo selvagem de periferia, a liquidação do serviço público na saúde e na educação e as remanescência dos autoritarismos nos vários campos.

As mudanças de mentalidade são lentas e por vezes quase imperceptíveis. Mas existem. E o que aprendemos, o que vem mudando?

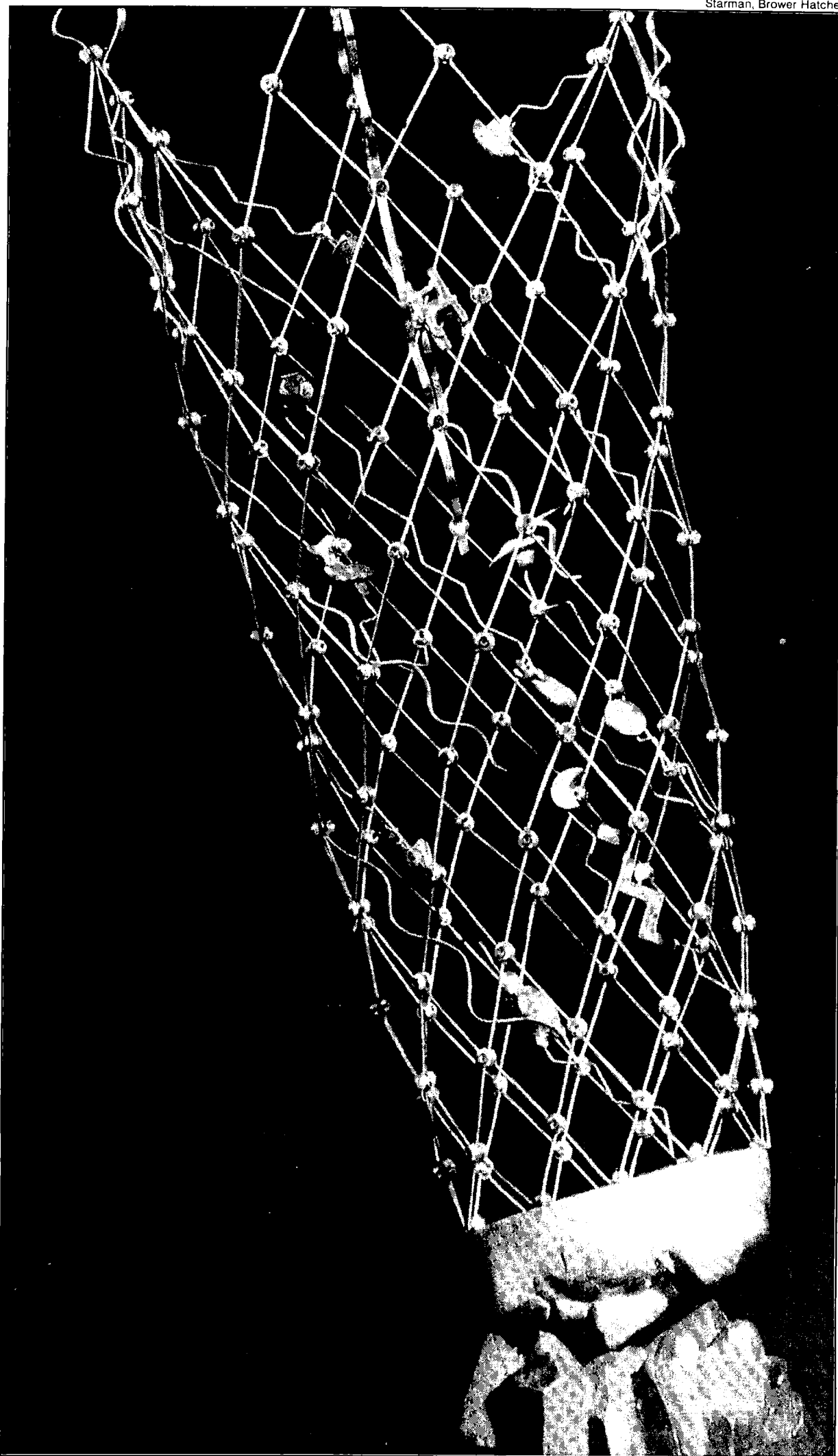
Em primeiro lugar, sabemos, hoje, que a política cultural, educacional e científica deve ser pensada em sua totalidade. E deve considerar, como nossos maiores — Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo entre muitos outros — consideravam, os diversos níveis de escolaridade de modo integrado. O proclamado sucesso dos ginásios do Estado dos anos 1940/50 deve-se ao simples fato de terem funcionado articuladamente com o curso primário — um curso sólido, com professores preparados, razoavelmente bem pagos — e o curso superior. Tais ginásios recebiam o aluno bem alfabetizado, ampliavam sua formação científica e humanística, *politicizavam-no* (no sentido greco-latino, se se quiser, com História, Geografia, Filosofia Literatura, Línguas) e o impulsionavam para o curso superior.

Os tais "generalistas", de que tanto se necessita hoje, eram formados com rigor já nos cursos ginásial e colegial. Tais escolas públicas, descendentes diretas da Convenção republicana de 1793 na França, tiveram seus horizontes notavelmente ampliados entre nós, e hoje faz sentido recuperarmos um pouco dessa experiência, ao lado dos colégios de aplicação e das escolas vocacionais. Em salas de aula, tínhamos por vezes dois professores de disciplinas diferentes, e gente com formações distintas (lembro-me que o dramaturgo Jorge Andrade foi professor de uma escola vocacional, por exemplo).

Ensaia-se no dia-a-dia escolar a famosa interdisciplinaridade, atualmente muito em moda, apesar de pouco praticada. Algumas boas escolas particulares aproveitaram, e muito, dessa experiência, saindo do confessionalismo estreito que as caracterizavam para ficar num só exemplo.

Ampliar as relações entre educadores dos três graus deve ser portanto prioridade no planejamento da nova sociedade civil.

Em segundo lugar, não se deve desconsiderar que o conteúdo dos programas gerais para escolas de primeiro e segundo graus deve ser mais ou menos uniforme e constante para todo o País, como em qualquer outro Estado em que a educação seja levada a sério. Não se trata de autoritarismo. Nada de "propostas" periodicamente repostas e requentadas por especialistas no *dernier cri* de tal ou qual "modelo" ou governo. Uma certa continuidade foi resguardada entre a Segunda Guerra, o golpe de 1964 e o conteúdo, mais que o do programa oficial, que funcionava apenas como uma referência, era garantido pela competência do professor. E também do diretor da escola, que "diretorava". Em geral bem formado, aceitava a emulação, as experiências inovadoras, a disputa pelos melhores mestres para suas salas de aula. E os Inspectores de ensino eram educadores de mérito reconhecidos, mais maduros, que ajudavam



Como fazer para transformar um aglomerado de pessoas em cidadãos ativos, críticos e empenhados?

na requalificação e na *orientação* (palavra gasta) do sistema. O bom professor, criativo e competente, sabia como utilizá-los. Não ficava ele ao sabor das "políticas" educacionais de tal ou qual governo, moda, cursinho (invenção que prosperou com a ditadura), secretário ou editora. Num país com alto índice de migração interna, e de imigração variadíssima, garantia-se uma formação mais ou menos comum a todos os cidadãos brasileiros.

Os mais críticos dirão que assim se revitalize uma ideia errônea e passadista de Nação e de cultura. Não creio, e penso ter combatido certos ideólogos rançosos da chamada Cultura Brasileira em meu *Ideologia da Cultura Brasileira*. Uma certa unidade programática também existe em outros países em que o federalismo é levado a sério, resguardando-se as peculiaridades regionais. Evitam-se perversões do "modelo qualquer coisa", que rompe com a tradição clássica e coloca no lugar a inspiração da hora, do "cotidiano, da "região", do bairro de um professorado mal pago e portanto não inspirado. E as civilizações, e o mundo contemporâneo, e os problemas de nosso tempo, onde ficam? Exemplo? Recentemente, encontrei um estudante que teve *três* vezes cursos sobre o Egito antigo no primeiro e segundo graus, e nada de História do Brasil Contemporâneo, nem do desmoroamento do mundo soviético... Uma certa sequência portanto deve ser assegurada em nível nacional e, claro, a variação regional será resguardada aos professores, que saberão adequar, dosar, selecionar informações e fazer inflitrar os trabalhos escolares no sentido da experiência co-

letiva da região.

Um bom curso sobre a geografia e a economia agrícola mesopotâmica ou egípcia pode ser útil na Amazônia ou na Bahia. Assim como o estudo da mineração na Grécia clássica ou na América pré-colombiana e colonial ajudará os mineiros a compreenderem o seu *drummondiano* estar-no-mundo... A própria ideia de Nação, tão questionada nestes tempos de globalização e modernização "sem fronteiras" (?) poderá ser entendida em sua complexa historicidade. Afinal, a Palestina, a ex-Iugoslávia, o próprio México com seus "índios" de Chiapas, a Comunidade Econômica Européia, Espanha, Alemanha, a ex-União Soviética, entre outras, não se debatem com os problemas do racionalismo?

Abertura das escolas para novos temas e campos do saber contemporâneo deve ser acelerada. Não só para aquilo que é óbvio, mas ainda não chegou aos currículos de modo consistente, como é o caso da América Latina (já existem bons manuais, escritos por mestres competentes), mas também da Ásia, a China em particular, como também do Japão.

E na reflexão contemporânea, estudos sobre os "Tigres Asiáticos" da Ásia, tão apreciados pela *bougeoisie conquérante* brasileira, onde um alto índice de avanço capitalista é obtido com baixa taxa de liberdades democráticas e salários escabrosos, como os que atingem a grande massa de professorado do qual se espera uma requalificação desta sociedade.

Claro está que, paralelamente, um esforço poderia ser feito, por estas mesmas lideranças, no sen-

tido de se criarem, entre nós, colégios para uma experiência internacional entre jovens, combinando bolsas com intercâmbios baseados numa seleção criteriosa. Sempre se dirá que as verbas são insuficientes, que as prioridades etc. Mas o fato é que esta sociedade etc. pode dispendir parte de seus lucros em projetos que a ajude no saldo qualitativo, democratizante, que no limite permitirá a mobilidade de seus netos, não necessitando andar com guarda-costas em futuro próximo para ir a uma escola medíocre...

O terceiro ponto: a universidade continua muito aquém de sua missão. É bem verdade que vinte anos de ditadura, ou mais, foram conturbados, quando não perdidos. Hoje, cobra-se muito dela e pouco se oferece. Mas também é verdade que as novas gerações, que em tese deveriam ser mais informadas, mais cosmopolitas e internacionalistas, ainda não deram seu recado. Algumas faculdades relutam mesmo em oferecer cursos noturnos. Outras nem querem ouvir falar em cursos de extensão, de férias ou nos importantíssimos cursos para a terceira idade. Que aconteceu com os novos mestres estruturalistas, marxistas, liberais radicais, anarquistas e outros dos anos 70 e 80, muitos na carreira docente e na pesquisa?

A universidade incumbe formular uma pauta de temas e de

instrumentos de trabalho (o livro é apenas um desses instrumentos, embora o mais importante) nos vários campos do saber, das matemáticas à ética política e à história, da psicanálise e da psicologia social à economia política, da medicina social ao direito civil.

A universidade deve abrir, ao menos em seus primeiros anos, cursos interdisciplinares gerais, com matérias que ampliem os quadros gerais de referência. Assim, o estudante de medicina poderá entender que nos vários *campos e conceitos* de medicina, variando de civilização para civilização. E o estudante de Jornalismo poderá compreender que a informação é um produto histórico e que sem saber história ele apenas arranha a superfície dos acontecimentos...

A formação de professores para o primeiro e segundo graus foi abandonada, o que é da maior gravidade. As faculdades de educação — inclusive as das maiores universidades do País — não são ouvidas nem por seus colegas de Brasília para a formulação de uma política nacional de educação, talvez porque não tenham nada a dizer (ou terão?). Mesmo porém num plano mais modesto e local, a verdade é que a universidade pouco tem feito para vincular, como queria Gramsci, os três níveis de ensino.

A fragmentação tornou-se a regra nesta sociedade do espetáculo em que a cultura do marketing domina e dá a sensação de que se vive o fim da história, das ideologias, das nações, das civilizações.

Nestas épocas de crise e de fragmentação cultural, o retorno ao estudo dos clássicos é aconselhável. Em todos os campos, mas em particular na história. Não por ser nossa especialidade, mas os estudos históricos podem ser de grande valia, por trabalharem com a *duração* e perspectiva. Como a filosofia, a literatura, o teatro, a geografia política.

Reconstruir uma perspectiva histórica num país como o nosso, com a carga legada pelo período colonial e pelo império, de cujos *quadros mentais* — "prisoões de longa duração", segundo, Fernand Braudel — ainda não nos livramos, só pode ser tarefa coletiva, a ser assumida num pacto talvez silencioso pelo grupo-geração que chega à maturidade neste fim de século. E quem tem a pesada responsabilidade de transformar, fora da metodologia desmobilizadora da conciliação, este aglomerado de gente, o lumpesinato imenso em que a sociedade brasileira está se transformando, verdadeiro barril de pólvora, numa sociedade de cidadãos criativos, úteis, qualificados culturalmente, com boa perspectiva internacionalista de suas particularidades.

Que a universidade resista a avaliações apressadas e provas de competência, aplicadas por quem talvez não a tenha, é compreensível. Que não se *repense radicalmente*, que não arrebatete seus guetos internos, e setores, que não se atualize institucionalmente para a nova fase, que se abre para a emergência de uma nova sociedade civil é intolerável.

Nova sociedade civil que já se faz sentir e se manifesta também em vários quadrantes do mundo, de Chiapas a Johannesburg, de Pequim e Timor. Timor, onde continua preso o líder Xanana Gusmão ("Timorenses não podem falar português. Professor denuncia opressão da ocupação

indonésia, que já dura 19 anos" (Estado, 3/12/94, A13), condenado a vinte anos pelo governo indonésio e para quem não há solidariedade pois nossas esquadras, nossos liberais e nossos pós-modernos já não sabem onde fica essa parte do mundo.

■ Carlos Guilherme Mota é historiador, professor titular de História Contemporânea da USP. Foi o primeiro diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP, em que é pesquisador. Membro do "board" do Programa de Estudos Latino-Americanos da Princeton University, é co-autor, com Adriana Lopes, de "História e Civilização" (Ed. Ática, 4 vol.).